



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA/RS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

REF.: RETIFICAÇÃO AO PREGÃO PRESENCIAL 029/2014 – Processo 177.968/14

Eliseu Kopp & Cia. Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 93.315.190/0001-17, sito à Praça Marechal Deodoro nº. 130, sala 902, Porto Alegre-RS, por intermédio de seu representante, vem à presença de Vossa Senhoria, **APRESENTAR** o presente,

1

PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS I

Com relação a alguns itens do Edital supracitado, cujo objeto é a *"Contratação de empresa para locação de equipamentos, serviços de monitoramento e fiscalização eletrônica de velocidade veicular, no Município de Vacaria/RS"*.

- 1) O item 4.4 do edital prevê:

"ATENÇÃO: Observações que devem ser cumpridas sob pena de inabilitação:

a - Considera-se compatível o objeto cuja complexidade técnica seja similar ao objeto licitado e sua execução guarde proporcionalidade entre a área executada e o período utilizado para tanto.

b - Os atestados de capacitação técnico-profissional deverão conter (mencionar) obrigatoriamente área, prazo de execução com data (dd/mm/aa), contendo também os seguintes requisitos mínimos: 01 – Nº do Contrato; 02 – ART nº ; 03 – Objeto do contrato; 04 – Empresa Contratada; 05 – Contratante dos serviços; 06 – Proprietário do empreendimento; 07 – Período de execução (início e fim); 08 – Endereço da obra ou serviço; 09 – Descrição das atividades desenvolvidas (devendo ser feita com um nível de detalhamento que permita uma clara identificação do tipo, características, quantitativos principais “mencionar a unidade de medida” e porte dos serviços executados); 10 – Responsável técnico e nº do CREA;” (grifos nossos)

Frente ao disposto acima, cabe ressaltar que este ponto foi objeto de questionamento no Edital publicado, cuja abertura estava aprazada para o dia 07 de maio do corrente ano. Em resposta a Administração mencionou que o proprietário do empreendimento corresponde ao contratante e que o porte dos serviços refere-se a compatibilidade do objeto.

Assim sendo, está correto o entendimento de que os termos “06 Proprietário do empreendimento” e “09 (...) porte de serviços executados”, deverão ser desconsiderados pelas licitantes e substituídos pelos termos “contratante” e “comprovação de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado” respectivamente, para fins de apresentação dos atestados de capacidade técnica e habilitação no certame?

2

2) O Edital, em seu item 3.5.3, assim aduz sobre a manutenção corretiva dos equipamentos:

“3.5.3 – Conforme itens 7.1 ao 7.3 do projeto básico, a manutenção preventiva deverá ser realizada pela contratada, em períodos regulares de forma que não comprometa o funcionamento dos equipamentos. A manutenção corretiva deverá ser realizada em até 24h da constatação do defeito ou da irregularidade nos equipamentos instalados.” (grifo nosso)

Quanto ao item acima, este r. órgão em resposta anterior mencionou que o prazo seria razoável, entretanto, sabendo-se que este prazo já vem sendo seguido no atual contrato da Prefeitura Municipal de Vacaria, pede-se novamente a revisão do mesmo, pois se tratam de



equipamentos eletrônicos aonde, muitas vezes, há a necessidade de substituição de peças ou componentes mais complexos, muitas vezes inviáveis de serem sanados no próprio ambiente de instalação, devendo ser remetidos à sede da Empresa, mais especificamente à central de assistência técnica.

Neste sentido, a questão logística e tecnológica pode vir a interferir no cumprimento deste prazo de correção fixado pela Contratante.

Sendo assim, está correto o entendimento de que o prazo de manutenção corretiva será acordado entre as partes, podendo variar frente a possíveis ocorrências que venham a interferir no cumprimento do mesmo (complexidade do problema/ocorrência) desde que realizadas dentro da maior brevidade possível, a fim de propiciar a plena retomada do funcionamento do(s) equipamento(s) avariado(s) e sem aplicação de penalidade à Contratada?

3) O item 7.8 do Projeto Básico, do Edital, traz o que segue:

"7.8 – Cabe a contratada a transmissão on-line das imagens que deverão ser imediatamente disponibilizadas no servidor da Prefeitura Municipal de Vacaria."

3

Considerando que anteriormente a empresa questionou este item e em resposta a Administração no dia 13 de maio aceitou a utilização da tecnologia de telefonia móvel, ou seja, GPRS, EDGE, 3G, está correto o entendimento de que o mesmo entendimento será aplicado para a retificação do edital supracitado?

4) O preâmbulo do edital aduz que o objeto ora licitado é a "Contratação de empresa para locação de equipamentos, serviços de monitoramento e fiscalização eletrônica de velocidade veicular".

Complementarmente o subitem 1.1, do item 1 "Objeto e suas especificações" do Edital, assim dispõe:

"1 - OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES:

1.1 - O presente procedimento licitatório destina-se à **prestação de serviços de locação** de equipamentos e software de gerenciamento, manutenção preventiva e corretiva, extração de dados de equipamentos medidores de velocidade, dos tipos:" (grifos nossos)



Considerando que anteriormente a empresa havia questionado a natureza jurídica do contrato em tela, e em resposta ao pedido de esclarecimentos de nº 10, esta respeitável Comissão de Licitações afirmou que o objeto em tela trata-se de locação de equipamentos, assim, está correto o entendimento de que a resposta também se aplica para a Retificação do Edital em epígrafe?

5) No que diz respeito à "realocação": se necessária, está correto o entendimento de que a quantidade total não ultrapassará o mínimo disposto em lei, ou seja, 25%, e que os custos oriundos desta deverão ser suportados pela Contratante, conforme resposta enviada no dia 13 de maio do corrente ano, frente ao Edital publicado anteriormente?

6) Considerando que no decorrer da execução contratual, possam vir a ocorrer, por força maior ou caso fortuito, fatos estranhos e independentes de responsabilidade da Contratada, e que venham a interferir no pleno andamento das atividades/serviços prestados, está correto o entendimento de que a Contratante comunicará a Contratada sobre tais fatos, concedendo-lhe um prazo compatível para a operacionalização de possíveis ajustes que se mostrarem necessários para saná-los, sem a aplicação de penalidade, mantendo assim a resposta ao questionamento anterior?

4

7) O item 7.2 do Edital assim prevê:

"7.2. O contrato advindo desta licitação entrará em vigor na data da assinatura e vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, até o limite legal." (grifos nossos)

Está correto o entendimento de que o cômputo do prazo iniciará da competente operacionalização dos serviços, pois, caso contrário, a Administração perderá prazo significativo de operação dos equipamentos e consequentemente de fiscalização das vias públicas, bem como impedirá a empresa contratada de executar o contrato em sua integralidade?

8) O inciso I, do item 10.2.2 do Edital, assim dispõe:

"10.2.2 - MULTA POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL

I - A multa por inexecução contratual poderá ser aplicada no percentual de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata-dia, sobre a respectiva fatura,



acrescida de correção monetária e juros de 12 (doze por cento) ao ano.”
(grifos nossos)

Tendo em vista que o item acima colacionado prevê a penalização para inexecução do contrato, mas, ausenta-se em definir o percentual para a inexecução parcial e total, verifica-se que não está sendo atendido o princípio da proporcionalidade, haja vista que qualquer imprevisto, por menor que seja, poderia ensejar em uma penalização por descumprimento total do contrato.

Neste sentido, considerando que o percentual de 10% (dez por cento) ao mês é bastante elevado, conclui-se que o mesmo se refere apenas à multa para os casos de inexecução total do contrato.

Diante disso, está correto o entendimento de que a penalidade para inexecução parcial do contrato será fixada em um percentual entre 0,01 até 5%, a ser determinado de acordo com a gravidade do fato cometido, observando-se assim os princípios da proporcionalidade e razoabilidade?

E ainda, está correto o entendimento de que o percentual aplicado para os casos de inexecução total do contrato será de até 10% (dez por cento), os quais tenham sido originados por dolo ou culpa exclusiva da Contratada, para que o Poder Público tenha margem de avaliar o caso a aplicar um percentual que se mostre mais justo e proporcional à eventual desta?

5

9) O item 12.14 do Edital, assim apresenta:

“12.14. Fazem parte deste edital:

(...)

Anexo VII - Minuta de Contrato.”

Ocorre que através da minuciosa leitura do edital, pode-se verificar a ausência do Anexo VII no Edital em epígrafe, bem como, importante mencionar que a minuta repassada por fax para a empresa tratava-se de objeto diverso do referido Pregão, assim sendo, considerando -ser imprescindível que as licitantes conheçam da minuta para a assinatura do contrato em tela se pede que a Administração disponibilize o Anexo VII – Minuta do Contrato, a fim de dar conhecimento a todas as licitantes, respeitando assim, um dos princípios basilares do Direito Administrativo, a legalidade e a publicidade?



10) No decorrer do Edital Retificado não é citado o índice de atualização financeira em caso de atraso no pagamento por parte da Contratante, nem sobre a incidência de juros ou multa. Desta forma, solicita-se à Administração que evidencie tais informações, a fim de melhor nortear a participação neste certame.

11) Está correto o entendimento de que as Certidões Positivas com Efeito de Negativas serão igualmente aceitas para fins de habilitação neste certame, visto que possuem a mesma finalidade?

12) Está correto o entendimento de que o inciso III do item 10.2.1 do Edital aplica-se aos casos em que a licitante se enquadrar nos benefícios oferecidos pela Lei Complementar nº 123/06?

13) Segundo o item "8.3" do Edital:

"Caso algum equipamento apresente defeito e a Contratada não providencie a sua manutenção corretiva no prazo estabelecido no projeto básico, será descontada da fatura mensal o valor proporcional referente à faixa fiscalizada, ou seja, o Município não pagará o valor total mensal correspondente à faixa do equipamento defeituoso. Caso a empresa realize a manutenção no prazo previsto, será descontado proporcionalmente apenas o dia em que o equipamento deixou de operar, na proporção de 1/30 (um trinta avos) do valor da faixa"

6

Tendo em vista a possibilidade de ocorrência de acontecimentos inesperados de força maior, ou caso fortuito, fatos estranhos e independentes de responsabilidade da Contratada, está correto o entendimento de que a Contratante eximirá a Contratada da aplicação do desconto de 1/30 (um trinta avos), assim como informará primeiramente a necessidade de reparo por escrito e atribuirá um prazo compatível para a operacionalização de possíveis ajustes que se mostrarem necessários para saná-los?

14) O item "6.4.2.4 – DAS FUNCIONALIDADES", do Projeto Básico retificado, versa, em seu inciso " II" sobre a necessidade de registro de imagem traseira, porém, no inciso "VII" é mencionada a necessidade de registro de imagem dianteira e traseira. Desta forma, está correto o entendimento de que as licitantes deverão considerar o registro de imagem traseira, para fins de habilitação e execução contratual?

15) O Projeto Básico do Edital Retificado menciona no parágrafo XXVIII, do subitem 6.4.1.4, do item 6.4.1 e parágrafo XXVII, do subitem 6.4.2.4, do item 6.4.2, o que segue:

"6.4.1 – CONTROLADOR ELETRÔNICO OSTENSIVO DE VELOCIDADE – LOMBADA ELETRÔNICA TOTEM (...)

6.4.1.4 DAS FUNCIONALIDADES

(...)

XXVIII - Ser capazes de efetuar medições de velocidade de 01 a 250 km/h, aplicadas às tolerâncias legais de aferição;

6.4.2 MEDIDOR DE VELOCIDADE DISCRETO COM REGISTRO DE IMAGEM FIXO – PARDAL (...)

6.4.2.4 DAS FUNCIONALIDADES

(...)

XXVII - Serem capazes de efetuar medições de velocidade de 01 a 250 km/h, aplicadas às tolerâncias legais de aferição;"

7

Novamente importante trazer a baila o que prevê o Código de Trânsito Brasileiro, em seus artigos 61 e 62, que assim aduz sobre as velocidades nas vias:

"Art. 61. A velocidade máxima permitida para a via será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas características técnicas e as condições de trânsito.

§ 1º Onde não existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima será de:

I - nas vias urbanas:

- a) oitenta quilômetros por hora, nas vias de trânsito rápido;
- b) sessenta quilômetros por hora, nas vias arteriais;
- c) quarenta quilômetros por hora, nas vias coletoras;
- d) trinta quilômetros por hora, nas vias locais;

II - nas vias rurais:

a) nas rodovias:

- 1) 110 (cento e dez) quilômetros por hora para automóveis, camionetas e motocicletas; (Redação dada pela Lei nº 10.830, de 23.12.2003)



Art. 62. A velocidade mínima não poderá ser inferior à metade da velocidade máxima estabelecida, respeitadas as condições operacionais de trânsito e da via." (grifos nossos)

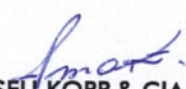
Portanto, conforme se pode observar na legislação supracolacionada, que é desnecessária e ilegal a medição de 1km/h até 250km/h, visto que o Código de Trânsito Brasileiro deixa claro que a velocidade mínima não poderá ser inferior a metade da velocidade máxima, ou seja, considerando as vias locais, com velocidades mais baixas, onde a sinalização será de velocidade máxima de 30 quilômetros por hora, a velocidade não poderá ser abaixo de 15km/h.

Em resposta ao questionamento nº6 para o Edital anterior, a Administração mencionou que *"a alegação de exibição de velocidade, o projeto básico será alterado"*, entretanto, o mesmo não foi readequado, desta forma, considerando o aqui exposto, está correto o entendimento de que o equipamento que mede velocidades de 10km/h a 250km/h estará atendendo as exigências no edital em epígrafe?

Certos de Vossa compreensão, solicitamos que as respostas sejam encaminhadas para o e-mail: licitacoes@kopp.com.br

Por fim, tendo em vista o dever da Administração Pública em atender quaisquer demandas administrativas e que as respostas alteram a formulação de nossas propostas, solicitamos os bons préstimos dessa Comissão no sentido de que o retorno aos questionamentos nos seja encaminhado o mais breve possível.

Porto Alegre/RS, 22 de maio de 2014.


ELISEU KOPP & CIA. LTDA.

Paulo Ricardo Amarante

RG: 3076318785/CPF: 967.155.700-78

Representante Legal